



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

CNPJ.: 06.554.265/0001-18
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 020/2026-SRP/PMP/PI

PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº. 035/2026 – PMP/PI

OBJETO: Registro De Preços para contratação de empresa para prestação de serviços de locação de estruturas e mão de obra diversas, destinadas à realização de eventos, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Parnaíba–Pi e de suas secretarias. Conforme especificações, quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital. A licitação será dividida em LOTES, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos LOTES forem de seu interesse.



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

CNPJ.: 06.554.265/0001-18
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ-PI
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026-SRP/PMP/PI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026-PMP/PI

O MUNICÍPIO DE PARNAGUÁ-PI, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, Decreto nº 025, de 9 de maio de 2025 DE PARNAGUÁ-PI, Demais Decretos Municipais E DEMAIS Decretos e Leis pertinentes às Contratações públicas, além DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

FINALIDADE: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS / PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

LOCAL: WWW.LICITANET.COM.BR

RECEBIMENTOD DAS PROPOSTA ATÉ: (23/06/2026 – 07h59min.)

ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA: (23/06/2026– 08h00min.)

SISTEMA: LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS

MODO DE DISPUTA: Aberto

OBJETO: Registro De Preços para contratação de empresa para prestação de serviços de locação de estruturas e mão de obra diversas, destinadas à realização de eventos, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Parnaíba–Pi e de suas secretarias. Conforme especificações, quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital. A licitação será dividida em LOTES, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos LOTES forem de seu interesse.

EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI: NÃO

PRIORIDADE PARA FORNECEDORES LOCAIS E REGIONAIS: SIM

VALIDADE DA PROPOSTA: (60 DIAS)

GARANTIDA DA PROPOSTA: SIM (1%)

INVERSÃO DE FASES: SIM



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

CNPJ.: 06.554.265/0001-18
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026-SRP/PMP/PI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026-PMP/PI

O MUNICÍPIO DE PARNAGUÁ PI – através do Agente de Contratação/Pregoeiro e da equipe de apoio, torna público, para o conhecimento de todos os interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO E ADJUDICAÇÃO POR LOTE, regido pela a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, Decreto nº 025, de 9 de maio de 2025 DE PARNAGUÁ-PI, Demais Decretos Municipais E DEMAIS Decretos e Leis pertinentes às Contratações públicas, além DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

1. DO OBJETO

1.1. OBJETO: Registro De Preços para contratação de empresa para prestação de serviços de locação de estruturas e mão de obra diversas, destinadas à realização de eventos, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Parnaíba–Pi e de suas secretarias. Conforme especificações, quantidades estimadas e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital. A licitação será dividida em LOTES, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos LOTES forem de seu interesse.

1.2. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Plataforma LICITANET Licitações Eletrônicas, no endereço www.licitanet.com.br.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.4. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa Física ou Jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa Física ou Jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente Público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o fim do recebimento de propostas.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

3.2.2. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

3.2.3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.4. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

3.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ao 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;



- 3.6.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;
- 3.7.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas;
- 3.8.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;
- 3.9.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

4. DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA

- 4.1.1.** O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema;
- 4.1.2.** O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma LICITANET Licitações.
- 4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante;
- 4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante;
- 4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;
- 4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
- 4.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta. Os documentos de habilitação não poderão ser excluídos ou alterados a partir do prazo em que recebimentos das propostas estiver encerrado.
- 4.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;
- 4.9.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,



equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

4.11. Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade;

4.12. Independente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

4.13. Quando for exigido pelo Agente de Contratação, o licitante deverá preencher a ficha técnica do produto ou serviços, juntamente com as informações adicionais. A ficha técnica, quando obrigatória, será enviada através de comando próprio disponível no Sistema ao licitante;

4.13.1. Visando resguardar o princípio da impessoalidade e do sigilo das propostas, os arquivos complementares anexados pelo licitante na fase de lances não deverão conter timbres, marcas d'água ou assinaturas que identifiquem explicitamente a razão social da empresa antes do encerramento da fase de disputa, sob pena de desclassificação justificada pelo Pregoeiro (não se aplica em caso de inversão de fases).

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a etapa de abertura da sessão pública;

5.3. Havendo divergência nos valores da proposta, o pregoeiro poderá abrir diligência que essa será justificada pelo licitante no prazo de duas (duas) horas, quando analisado e devidamente autorizado pelo agente de contratação, os licitantes poderão alterar a proposta anteriormente inserida no sistema durante a fase de análise de propostas, no prazo de 2 (duas) horas;

5.3.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

5.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

5.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação;

5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances;

5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema;

5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor do LOTE.

5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;



- 5.9. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 5.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de acordo com o sistema WWW.LICITANET.COM.BR;
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o **MODO DE DISPUTA: ABERTO**;
- 5.12. No pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA “ABERTO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;
- 5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;
- 5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;
- 5.12.4. Serão aceitos lances inferiores, iguais ou superiores ao lance de menor valor já ofertado;
- 5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- 5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;
- 5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a **3 (três) horas** a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes**, no sítio eletrônico utilizado para divulgação;
- 5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;
- 5.17. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006;
- 5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;
- 5.17.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;
- 5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;



5.17.4. Não se aplicará o desempate de que tratam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte;

5.17.5. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.17.5.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.5.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.17.5.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.17.5.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (*compliance*), conforme orientações dos órgãos de controle;

5.17.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.6.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.17.6.2. Empresas brasileiras;

5.17.6.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.6.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento;

5.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

5.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

5.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

5.19. Será desclassificada a proposta que:

5.19.1. Contiver vícios insanáveis;

5.19.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

5.19.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.19.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



- 5.19.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;
- 5.20.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;
- 5.20.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 5.20.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 5.20.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta;
- 5.22.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta;
- 5.23.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta;
- 5.24.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;
- 5.24.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.24.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime;
- 5.24.3.** O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, em campo próprio do Sistema, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;
- 5.24.4.** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;
- 5.25. (AMOSTRA)** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta;
- 5.25.1.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes;
- 5.25.2.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema;
- 5.25.3.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada;



5.25.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência;

5.26. DA PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO ME/EPP LOCAL REGIONAL

5.26.1 Em conformidade com o Decreto nº 025, de 9 de maio de 2025 DE PARNAGUÁ-PI, em busca de fortalecimento da economia local/regional, aplica-se a prioridade para ME/EPP situada local/regionalmente.

5.26.2 A este processo será aplicado a prioridade local/regional conforme Lei complementar nº 123/2006 e Decreto nº 025, de 9 de maio de 2025 DE PARNAGUÁ-PI além de que, o referido benefício não causa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, uma vez que não impede a participação de empresas situadas fora da região.

5.26.3 Este benefício não impede a participação de empresas de outras localidades;

5.26.4 Na situação em que as ofertas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas LOCAL ou REGIONALMENTE sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço válido.

5.26.5 A microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente poderá ser contratada sendo pago até 10 % (dez por cento) a mais do melhor preço válido, desde que este valor seja compatível com a realidade do mercado.

5.26.6 Os benefícios referidos no item 5.26 serão aplicados prioritariamente às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em âmbito local e posteriormente às sediadas em âmbito regional.

5.26.7 Para fins de aplicação do dispositivo contido no item 5.5, considera-se:

5.26.8 Âmbito Local: limites geográficos do município de Parnaíba- Piauí

5.26.9 Âmbito Regional: Cidades que compõe o a REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA 2205 CORRENTE -BOM JESUS, conforme mapa do IBGE, disponível no endereço: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/22_regioes_geograficas_piaui.pdf

5.26.10 Compreendem a REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA 2205 CORRENTE -BOM JESUS as cidades de: Bom Jesus, Morro Cabeça no Tempo, Avelino Lopes, Júlio Borges, Curimatá, Parnaíba, Corrente, Riacho Frio, Monte Alegre do Piauí, Gilbués, São Gonçalo do Gurguéia, Barreiras do Piauí, Santa Filomena, Cristalândia do Piauí e Sebastião Barros.

5.26.11 A empresa de pequeno porte e microempresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006 e 147/14, deverão comprovar o seu enquadramento, em tal situação jurídica através da Certidão Simplificada, expedida pela respectiva Junta Comercial do respectivo Estado, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias;



5.27. Na presente licitação, a fase de habilitação ANTECEDERÁ a fase de apresentação de propostas e lances e de julgamento, conforme artigo 17, inciso V, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

5.27.1 Nos termos da Lei nº 14.133/2021, na qual se realiza primeiramente o julgamento das propostas para, somente após, proceder à análise da habilitação da licitante mais bem classificada, constitui a regra geral para os processos licitatórios (art. 17). No entanto, a própria legislação prevê a possibilidade de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances e de julgamento, mediante justificativa técnica devidamente fundamentada e previsão expressa no edital, conforme dispõe o art. 17, § 1º.

5.27.2. Entre os principais fundamentos para essa escolha, destacam-se:

Maior segurança jurídica e técnica na seleção das propostas: Ao verificar previamente a capacidade técnica e documental dos licitantes, a Administração garante que apenas empresas efetivamente aptas disputem o fornecimento do objeto, reduzindo riscos de desclassificações posteriores que comprometeriam a efetividade do certame.

Histórico de processos com problemas na fase de habilitação:

Em certames anteriores, observou-se a recorrência de propostas vantajosas apresentadas por empresas que, ao final, foram inabilitadas por não atenderem aos requisitos técnicos ou legais.

Esse cenário resultou em atrasos processuais, necessidade de reavaliação de lances, e até mesmo anulação de etapas, o que comprometeu a eficiência da contratação.

Prevenção à atuação de licitantes de fachada:

Conforme alerta o jurista Marçal Justen Filho, há risco da participação de empresas sem capacidade real de execução, que se utilizam do certame para criar embaraços ou participar de maneira simulada. A análise prévia da habilitação funciona como um filtro eficaz contra tais práticas.

5.27.3. Ressalta-se que a presente justificativa atende aos requisitos legais exigidos pela nova Lei de Licitações, garantindo a transparência, a isonomia entre os licitantes e a adequação procedimental, sem prejuízo à competitividade do certame.

5.27.4. Dessa forma, a Administração Pública opta por adotar a inversão de fases neste processo, seguindo, assim, o rito com análise prévia da habilitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com previsão expressa no edital.

5.28. O procedimento observará a seguinte ordem:

I Recebimento das propostas e dos documentos de habilitação;

II Análise e julgamento da habilitação de todos os licitantes;

III Fase de lances;

IV Recebimento e julgamento das propostas apenas dos licitantes habilitados;

V Fase de Recurso;

VI Classificação final e adjudicação.



6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação. O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de **2 (duas) horas**, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado;

6.2. O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante, se houver; e

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - (TCU)
(<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

6.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação;

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 23/06;

6.5. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos do licitante mais bem classificado para fins de habilitação, conforme edital;

6.6. Habilitação Jurídica

6.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.6.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

6.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

6.6.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

6.6.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

6.6.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;



- 6.6.7** Certidão Simplificada, expedida pela respectiva Junta Comercial do respectivo Estado, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias;
- 6.6.8.** Documentos de Identificação dos Sócios/Gerentes (RG e CPF);
- 6.6.9.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

6.7. Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista

- 6.7.1.** CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido pelo Ministério da Fazenda;
- 6.7.2.** Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, comprovada mediante fornecimento de Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e Seguridade Social;
- 6.7.3.** Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual e Municipal;
- 6.7.4.** FGTS - Prova de regularidade de recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, mediante a apresentação de Certificado fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- 6.7.5.** CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, disponível no Portal do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao)
- 6.7.5.1** Certidão de Cumprimento de Cotas (Pessoa com Deficiência e Reabilitados), emitida eletronicamente pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, baseada nos dados do eSocial, atestando a situação de "REGULARIDADE" ou de "DESOBRIGADO", conforme o enquadramento legal da empresa no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

6.8. Qualificação Técnica

- a) Apresentar comprovante de que a licitante forneceu, sem restrição, serviços semelhantes ao objeto do presente Edital (ou ao lote que vai participar), através da apresentação de 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente datado e assinado por responsável da área, com nome legível.

6.9. Qualificação Econômico-Financeira

- 6.9.1.** Balanço patrimonial dos últimos dois exercícios sociais exigíveis, apresentados na forma da lei;
- 6.9.2.** Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, referente ao CNPJ e CPF dos sócios;
- 6.9.3.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;
- 6.9.4.** Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação;
- 6.9.5** É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício por balancetes ou balanços provisórios;



6.10. Como requisito de pré-habilitação, o licitante deverá apresentar a comprovação do recolhimento de quantia a título de **garantia de proposta**, no percentual de **1% (um por cento) do valor estimado do lote** (ou da soma dos valores estimados dos lotes) em que pretender concorrer, conforme as modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

6.10.1. A comprovação do recolhimento da garantia de proposta deverá ser encaminhada de forma concomitante com a proposta de preços, em campo próprio do sistema eletrônico, **antes da data e horário previstos para a abertura da sessão pública.**

6.10.2. O valor da garantia de proposta aportado pelo licitante vincula e limita a sua participação no certame, observada a seguinte regra de suficiência financeira:

- **a)** Caso o licitante envie lances ou se cadastre para disputar lotes cujo somatório dos valores estimados **ultrapasse o limite de 1% (um por cento)** coberto pela garantia recolhida, o licitante será **desclassificado** dos lotes que sobejarem a garantia aportada.
- **b)** Na hipótese descrita na alínea "a", a prioridade de validação das propostas/lances seguirá a ordem cronológica ou numérica dos lotes (do menor para o maior número), sendo preservada a participação do licitante apenas nos lotes que, somados sequencialmente, estejam integralmente cobertos pelo valor da garantia apresentada.
- **c)** A insuficiência do valor da garantia de proposta para cobrir o lote ou o bloco de lotes pretendidos resultará na desclassificação imediata do licitante em relação aos lotes descobertos, por descumprimento de condição essencial estabelecida neste Instrumento Convocatório, com fulcro no art. 59, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

6.11. Declarações complementares de apresentação obrigatória:

6.11.1. Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação (ANEXO III);

6.11.2. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal (ANEXO IV);

6.11.2.1. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

6.11.3. Declaração subscrita por representante legal da licitante, atestando que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal (ANEXO V);

6.11.4. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 (ANEXO VII);



6.11.4.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados por meio eletrônico, via Sistema LICITANET. Os documentos serão aceitos na **forma compactada (formato .Zip, .Rar ou .Tar)**;

6.11.4.2. Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, será exigida a apresentação dos originais não-digitais;

6.11.4.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021;

6.11.4.4. Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021;

6.11.4.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;

6.11.4.6. Os documentos adicionais exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo estipulado pelo pregoeiro;

6.11.4.7. Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

6.11.4.8. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.11.4.9. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.11.4.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

6.11.4.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7. DOS RECURSOS

7.1. A interposição de recurso contra a decisão proferida pelo pregoeiro observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.2. Proferida a decisão que declarar o vencedor, o Agente de Contratação/Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar interesse em interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema www.licitanet.com.br, sob pena de preclusão;

7.3. O prazo para apresentação das razões recursais é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses



- 7.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema;
- 7.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;
- 7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos;
- 7.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;
- 7.8. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.
- 7.9. O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes.
- 7.10. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 8.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 8.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 8.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 8.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 8.2.3. Injustificadamente, pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 8.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 8.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 8.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 8.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 8.2.9. Fraudar a licitação;
- 8.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 8.2.11. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 8.2.12. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 8.2.13. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 8.2.14. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 8.2.15. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);



8.3. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.3.1. Advertência;

8.3.2. Multa;

8.3.3. Impedimento de licitar e contratar e

8.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

8.4. Na aplicação das sanções serão considerados os elementos previstos no art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021;

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, bem como a sanção de multa aplicada em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta, respeitarão o devido processo legal, obedecerão ao prazo de defesa previsto nos arts. 156 e seguintes, da Lei 14.133/2021;

8.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital ou solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame;

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

9.3. A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, via Sistema LICITANET;

9.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10. DA RECUSA EM ASSINAR A ATA, DA IMPOSSIBILIDADE DE HONRAR O PREÇO E DA CONVOCAÇÃO DE REMANESCENTES

10.1. O licitante adjudicatário decairá do direito ao registro de preços e ficará sujeito à imediata instauração de processo administrativo sancionatório para aplicação das penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 se, após regular convocação, incorrer em uma das seguintes situações:

- **a)** Recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos;
- **b)** Declarar formalmente ou manifestar na plataforma a incapacidade de honrar o preço ofertado em sua proposta eletrônica antes da assinatura da Ata;
- **c)** Manifestar, antes de iniciar a execução ou da emissão da primeira Ordem de Serviço/Nota de Empenho, a impossibilidade técnica ou operacional de executar o objeto licitado.



10.2. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas no subitem 10.1, ou caso o fornecedor já registrado tenha seu registro cancelado ou o contrato rescindido por insuficiência técnica, falência ou descumprimento de obrigações **durante a execução do contrato**, o Pregoeiro procederá à **reabertura da sessão pública diretamente na plataforma eletrônica de lances**.

10.3. A reabertura da sessão pública será precedida de **Aviso Prévio no chat do sistema**, com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas**, convocando todos os demais licitantes classificados no respectivo lote para que acompanhem os atos de convocação, negociação e julgamento.

- **10.3.1.** O aviso inserido no chat do sistema eletrônico oficial do certame possui caráter de notificação oficial e contagem de prazo imediata, sendo de responsabilidade exclusiva dos licitantes o monitoramento contínuo da plataforma.

10.4. Na sessão pública reaberta, o Pregoeiro convocará os licitantes remanescentes, observando rigorosamente a ordem de classificação, para suprir a vaga do fornecedor faltoso, conforme os seguintes critérios de aceitabilidade de preço:

- **a) Fase de Assinatura da Ata (Substituição do Adjudicatário Decaído):** O Pregoeiro reabrirá a sessão e convocará os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços **nas condições e preços de suas respectivas propostas originais**, desde que o valor esteja abaixo do orçamento estimado pela Administração Municipal, nos termos do **art. 90, § 2º e § 4º da Lei nº 14.133/2021**. Caso haja recusa, o Pregoeiro poderá convocá-lo para assinar a ata **pelas condições e preço de sua própria proposta original**, desde que o valor esteja abaixo do orçamento estimado pela Administração, nos termos do **art. 90, § 4º da Lei nº 14.133/2021**.
- **b) Fase de Execução (Contratação de Remanescente de Serviço):** Se a rescisão contratual ou o cancelamento do registro ocorrer com o contrato já em andamento, a convocação do classificado subsequente observará o **art. 90, § 7º da Lei nº 14.133/2021**, contratando-se diretamente **nas condições e preços propostos pelo licitante remanescente convocado**, limitado ao valor máximo estimado originalmente para o certame e observada a devida proporcionalidade das parcelas já executadas.

10.5. Definida a aceitabilidade do preço conforme os critérios do subitem 10.4, o Pregoeiro suspenderá a sessão para verificação imediata das condições de habilitação do licitante convocado (por meio do SICAF ou emissão de certidões atualizadas no sistema), devendo o licitante enviar eventuais documentos complementares exigidos no prazo máximo de **2 (duas) horas**, sob pena de desclassificação e passagem ao próximo classificado.

O procedimento de convocação de que trata este capítulo observará rigorosamente a ordem de classificação final obtida no certame para o respectivo lote, configurando vício insanável e nulidade flagrante a convocação realizada fora da sequência cronológica de classificação, ressalvadas, única e exclusivamente, as hipóteses em que houver recusa formalizada por escrito ou registrada no chat da plataforma pelo fornecedor antecedente, ou, ainda, quando este decair do seu direito pelo decurso inalcancado do prazo de resposta, em estrita observância ao princípio da impessoalidade e ao art. 90 da Lei nº 14.133/2021.11.



DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico;
- 11.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;
- 11.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;
- 11.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;
- 11.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;
- 11.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;
- 11.8.** Desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;
- 11.9.** O Manual de operações da Plataforma LICITANET Licitações encontra-se disponível aos interessados no Portal www.licitanet.com.br;
- 11.10.** Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma LICITANET Licitações podem ser obtidas nos canais de atendimento da Plataforma LICITANET Licitações, por e-mail, WhatsApp, telefone e chat disponíveis no Portal www.licitanet.com.br;
- 11.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.licitanet.com.br, <https://sistemas.tce.pi.gov.br/licitacoesweb/>;
- 11.12.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.12.1.** ANEXO I – Termo de Referência;
- 11.12.2.** ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 11.12.3.** ANEXO III – Declaração de Cumprimentos dos Requisitos de Habilitação;
- 11.12.4.** ANEXO IV – Declaração de Enquadramento ME/EPP;
- 11.12.5.** ANEXO V – Declaração Conjunta;
- 11.12.6.** ANEXO VI – Ficha Técnica;
- 11.12.7.** ANEXO VII - Declaração de enquadramento como cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007.



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

CNPJ.: 06.554.265/0001-18
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI



Parnaíba-PI, 03 de junho de 2026.

Diogo de Jesus Reis
Pregoeiro PMP/PI

VISTO: _____

Miguel Omar Barreto Rissi
Prefeito Municipal



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a implantação do Sistema de Registro de Preços para a futura e eventual **contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia e logística, compreendendo a locação, transporte, montagem, desmontagem, manutenção e operação de estruturas temporárias, sistemas digitais de exibição visual (painéis de LED) e mão de obra associada para a realização de eventos institucionais, festividades culturais e calendários oficiais**, visando atender às demandas de interesse público da Prefeitura Municipal de Parnaguá - PI e de suas Secretarias Municipais aderentes.

1.2. A contratação decorrente deste Termo de Referência será realizada por meio da modalidade **Pregão, na forma Eletrônica**, com critério de julgamento por **Menor Preço por Lote**, sob o amparo da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 025, de 9 de maio de 2025, e demais normativos correlatos.

1.3. A licitação será dividida em **Lotes**, de modo a garantir a ampla competitividade e a viabilidade técnica da execução, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, desde que atendidas as exigências de habilitação e suficiência de garantia de proposta previstas no Edital.

1.4. O registro de preços terá caráter estritamente de estimativa de demanda (consumo sob demanda), não gerando para o Município de Parnaguá-PI a obrigação de contratar a totalidade dos quantitativos registrados, os quais serão requisitados parceladamente por meio de Ordens de Serviço (OS), conforme a conveniência oportuna e a disponibilidade orçamentária da Administração.

1.5. Os itens, objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar – ETP;

1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021;

1.7. segue a lista detalhada dos lotes/itens:

LOTE I					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR ORÇADO	TOTAL DO ITEM
1	PORTIÇO EM TRELICA 10M X 4M ALUMINIO LINHA 30 PESADA	DIARIA	6	R\$ 2.556,32	R\$ 15.337,92
2	BOX TRUSS — ALUMINIO LINHA Q30 PESADA	M2 LINEAR	400	R\$ 110,25	R\$ 44.100,00
3	CAMARIM CLIMATIZADO 3M X 3M COBERTURA TENDA 5M X 5M	DIARIA	4	R\$ 2.869,50	R\$ 11.478,00
4	STAND BASICO 3M X 3M COBERTURA TENDA 4M X 4M	DIARIA	4	R\$ 1.986,50	R\$ 7.946,00



5	GRADE DE PROTEÇÃO/DISCIPLINADORES 2M X 1,20M	DIARIA	400	R\$ 53,05	R\$ 21.220,00
TOTAL DO LOTE		R\$ 100.081,92		cem mil e oitenta e um reais e noventa e dois centavos	

LOTE II					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR ORÇADO	TOTAL DO ITEM
1	GRUPO GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA, TIPO CONTAINER E SILENCIADO, DESTINADO AO ATENDIMENTO DE EVENTOS DE PEQUENO OU MÉDIO PORTE, GARANTINDO FORNECIMENTO CONTÍNUO, ESTÁVEL E SEGURO DE ENERGIA ELÉTRICA. TIPO: GRUPO GERADOR DIESEL, CARENADO/CONTEINERIZADO POTÊNCIA MÍNIMA: 50 KVA a 80KVA TENSÃO DE SAÍDA: 127/220V OU 220/380V (TRIFÁSICO) FREQUÊNCIA: 60 HZ REGULADOR ELETRÔNICO DE TENSÃO (AVR)	DIARIA	10	R\$ 1.447,20	R\$ 14.472,00
2	GRUPO GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA, TIPO CONTAINER E SILENCIADO, DESTINADO AO ATENDIMENTO DE EVENTOS DE MÉDIO OU GRANDE PORTE, GARANTINDO FORNECIMENTO CONTÍNUO, ESTÁVEL E SEGURO DE ENERGIA ELÉTRICA. TIPO: GRUPO GERADOR DIESEL, CARENADO/CONTEINERIZADO POTÊNCIA MÍNIMA: 150 KVA TENSÃO DE SAÍDA: 127/220V OU 220/380V (TRIFÁSICO) FREQUÊNCIA: 60 HZ REGULADOR ELETRÔNICO DE TENSÃO (AVR)	DIARIA	5	R\$ 2.422,50	R\$ 12.112,50
3	GRUPO GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA, TIPO CONTAINER E SILENCIADO, DESTINADO AO ATENDIMENTO DE EVENTOS DE MÉDIO OU GRANDE PORTE, GARANTINDO FORNECIMENTO CONTÍNUO, ESTÁVEL E SEGURO DE ENERGIA ELÉTRICA. TIPO: GRUPO GERADOR DIESEL, CARENADO/CONTEINERIZADO POTÊNCIA MÍNIMA: 180 KVA TENSÃO DE SAÍDA: 127/220V OU 220/380V (TRIFÁSICO) FREQUÊNCIA: 60 HZ REGULADOR ELETRÔNICO DE TENSÃO (AVR)	DIARIA	5	R\$ 3.044,40	R\$ 15.222,00
TOTAL DO LOTE		R\$ 41.806,50		quarenta e um mil, oitocentos e seis reais e cinquenta centavos	

LOTE III					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR ORÇADO	TOTAL DO ITEM
1	CADEIRA PLASTICA	DIARIA	3000	R\$ 9,64	R\$ 28.920,00
2	MESA PLASTICA	DIARIA	200	R\$ 14,10	R\$ 2.820,00



TOTAL DO LOTE	R\$ 31.740,00	trinta e um mil, setecentos e quarenta reais
----------------------	----------------------	---

LOTE IV					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR ORÇADO	TOTAL DO ITEM
1	PALCO DE GRANDE PORTE, MEDINDO 16,00M DE LARGURA POR 10,00M DE PROFUNDIDADE, COM AREA DE SERVIGO (BACKSTAGE) ACOPLADA DE 5,00M X 10,00M, COM ALTURA DO PISO DE 2,00M EM RELACAO AO SOLO, DESTINADO A REALIZACAO DE SHOWS, APRESENTACOES CULTURAIS E EVENTOS DE GRANDE PORTE, ATENDENDO ÀS NORMAS TECNICAS DE SEGURANCA E ESTABILIDADE.	DIARIA	6	R\$ 13.583,33	R\$ 81.499,98
2	PALCO DE MEDIO PORTE, MEDINDO 12,00M DE LARGURA POR 08,00M DE PROFUNDIDADE, COM AREA DE SERVIGO (BACKSTAGE) ACOPLADA DE 5,00M X 10,00M, COM ALTURA DO PISO DE 2,00M EM RELACAO AO SOLO, DESTINADO A REALIZACAO DE SHOWS, APRESENTACOES CULTURAIS E EVENTOS DE GRANDE PORTE, ATENDENDO ÀS NORMAS TECNICAS DE SEGURANCA E ESTABILIDADE.	DIARIA	6	R\$ 8.216,67	R\$ 49.300,02
3	PALCO DE PEQUENO PORTE, MEDINDO 8,00M DE LARGURA POR 04,00M A 08,00M DE PROFUNDIDADE, COM AREA DE SERVIGO (BACKSTAGE) ACOPLADA DE 5,00M X 10,00M, COM ALTURA DO PISO DE 1,00M EM RELACAO AO SOLO, DESTINADO A REALIZACAO DE SHOWS, APRESENTACOES CULTURAIS E EVENTOS DE PEQUENO PORTE, ATENDENDO ÀS NORMAS TECNICAS DE SEGURANCA E ESTABILIDADE.	DIARIA	8	R\$ 3.626,06	R\$ 29.008,48
4	PALCO DE PEQUENO PORTE, MEDINDO 5,00M A 7,00M DE LARGURA POR 05,00M DE PROFUNDIDADE, COM AREA DE SERVIGO (BACKSTAGE) ACOPLADA DE 5,00M X 10,00M, COM ALTURA DO PISO DE 80CM EM RELACAO AO SOLO, DESTINADO A REALIZACAO DE SHOWS, APRESENTACOES CULTURAIS E EVENTOS DE PEQUENO PORTE, ATENDENDO ÀS NORMAS TECNICAS DE SEGURANCA E ESTABILIDADE.	DIARIA	20	R\$ 1.949,50	R\$ 38.990,00
TOTAL DO LOTE	R\$ 198.798,48	cento e noventa e oito mil, setecentos e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos			

LOTE V					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR ORÇADO	TOTAL DO ITEM
1	SANITARIO MOVEL/ QUIMICO	DIARIA	50	R\$ 311,25	R\$ 15.562,50
TOTAL DO LOTE	R\$ 15.562,50	quinze mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos			



LOTE VI					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR ORÇADO	TOTAL DO ITEM
1	SISTEMA DE ILUMINACAO CENICA PROFISSIONAL PARA PALCO DE GRANDE PORTE, DESTINADO A SHOWS, ESPETACULOS E EVENTOS DE GRANDE PUBLICO, COM EQUIPAMENTOS DE ALTA PERFORMANCE, GARANTINDO EFEITOS VISUAIS, COBERTURA UNIFORME E QUALIDADE TECNICA COMPATIVEL COM RIDERS PROFISSIONAIS.	DIARIA	5	R\$ 10.559,67	R\$ 52.798,35
2	SISTEMA DE ILUMINACAO CENICA PROFISSIONAL PARA PALCO DE MEDIO PORTE, DESTINADO A SHOWS, ESPETACULOS E EVENTOS DE GRANDE PUBLICO, COM EQUIPAMENTOS DE ALTA PERFORMANCE, GARANTINDO EFEITOS VISUAIS, COBERTURA UNIFORME E QUALIDADE TECNICA COMPATIVEL COM RIDERS PROFISSIONAIS.	DIARIA	5	R\$ 7.454,20	R\$ 37.271,00
3	SISTEMA DE ILUMINACAO CENICA PROFISSIONAL PARA PALCO DE PEQUENO/MEDIO PORTE, DESTINADO A SHOWS, ESPETACULOS E EVENTOS DE GRANDE PUBLICO, COM EQUIPAMENTOS DE ALTA PERFORMANCE, GARANTINDO EFEITOS VISUAIS, COBERTURA UNIFORME E QUALIDADE TECNICA COMPATIVEL COM RIDERS PROFISSIONAIS	DIARIA	4	R\$ 5.546,42	R\$ 22.185,68
4	SISTEMA DE ILUMINACAO CENICA PROFISSIONAL PARA PALCO DE PEQUENO/MEDIO PORTE, DESTINADO A SHOWS, ESPETACULOS E EVENTOS DE PUBLICO PEQUENO/MEDIO, COM EQUIPAMENTOS DE ALTA PERFORMANCE, GARANTINDO EFEITOS VISUAIS, COBERTURA UNIFORME E QUALIDADE TÉCNICA.	DIARIA	4	R\$ 2.357,29	R\$ 9.429,16
TOTAL DO LOTE	R\$ 121.684,19	cento e vinte e um mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e dezenove centavos			

LOTE VII					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR ORÇADO	TOTAL DO ITEM
1	SISTEMA DE SONORIZAGAO, TIPO PA DE MEDIO/GRANDE PORTE, COMPOSTO POR 08 (OITO) CAIXAS DE SUBGRAVE E 08 (OITO) CAIXAS DE MEDIO/AGUDO, ADEQUADO PARA EVENTOS PEQUENO A MEDIO PORTE, EM AMBIENTES ABERTOS OU FECHADOS, COMO SHOWS, APRESENTACOES MUSICAIS, EVENTOS INSTITUCIONAIS E CULTURAIS, GARANTINDO COBERTURA SONORA UNIFORME E ALTA QUALIDADE.	DIARIA	30	R\$ 1.730,00	R\$ 51.900,00
2	SISTEMA DE SONORIZAGAO DE PEQUENO PORTE, ADEQUADO PARA EVENTOS DE PEQUENO A MEDIO PORTE, COMO REUNIOES, PALESTRAS, SEMINARIOS, INSTITUCIONAIS, CERIMÔNIAS E APRESENTACOES GARANTINDO QUALIDADE, CLAREZA E COBERTURA SONORA UNIFORME.	DIARIA	20	R\$ 1.250,00	R\$ 25.000,00



3	SISTEMA DE SONORIZAGAO (TIPO 1), TIPO PA DE MEDIO/GRANDE PORTE, COMPOSTO POR 16 (DEZESSEIS) CAIXAS DE SUBGRAVE E 16 (DEZESSEIS) CAIXAS DE MEDIO/AGUDO, ADEQUADO PARA EVENTOS PEQUENO A MEDIO PORTE, EM AMBIENTES ABERTOS OU FECHADOS, COMO SHOWS, APRESENTACOES MUSICAIS, EVENTOS INSTITUCIONAIS E CULTURAIS, GARANTINDO COBERTURA SONORA UNIFORME E ALTA QUALIDADE. MESA DIGITAL E OPERADOR.	DIARIA	4	R\$ 6.900,00	R\$ 27.600,00
4	SISTEMA DE SONORIZAGAO (TIPO V), TIPO PA DE GRANDE PORTE, COMPOSTO POR 40 (QUARENTA) CAIXAS DE SUBGRAVE E 40 (QUARENTA) CAIXAS DE MEDIO/AGUDO, ADEQUADO PARA EVENTOS GRANDE PORTE, EM AMBIENTES ABERTOS OU FECHADOS, COMO — SHOWS, APRESENTAÇÕES MUSICAIS, EVENTOS INSTITUCIONAIS E CULTURAIS, GARANTINDO COBERTURA SONORA UNIFORME E ALTA QUALIDADE. MESA DIGITAL E OPERADOR.	DIARIA	6	R\$ 15.150,00	R\$ 90.900,00
TOTAL DO LOTE	R\$ 195.400,00	cento e noventa e cinco mil e quatrocentos reais			

LOTE VIII					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR ORÇADO	TOTAL DO ITEM
1	SISTEMA DE SONORIZAGAO (TIPO VI), TIPO PA DE GRANDE PORTE, COMPOSTO POR 48 (QUARENTA E OITO) CAIXAS DE SUBGRAVE E 48 (QUARENTA E OITO) CAIXAS DE MEDIO/AGUDO, ADEQUADO PARA EVENTOS DE MÉDIO A GRANDE PORTE, EM AMBIENTES ABERTOS OU FECHADOS, COMO SHOWS, APRESENTACOES MUSICAIS, EVENTOS INSTITUCIONAIS E CULTURAIS, GARANTINDO COBERTURA SONORA UNIFORME E ALTA QUALIDADE COM SISTEMA SONORO COMPLETO E MESA DIGITAL E OPERADOR (COMPATÍVEL COM USO PARA APRESENTAÇÃO DE BANDAS DE GRANDE RECONHECIMENTO NACIONAL) MARCAS DE PA SUGERIDAS (D&B AUDIO EAW (Modelos: 760 / 730) ELETROVOICE NORTON (Modelos: LS1 / LS3) VERTEC (Modelo: 4889) NEXO (Modelo: GEO T) DAS (Modelos: AERO12 / AERO48 / AERO50) LS AUDIO VTX (Modelo: A12) MARCAS/MODELO DE CONSOLE SUGERIDAS (YAMAHA: CL3, CL5, PM5DRH, DM7, RIVAGE PM3, RIVAGE PM5, RIVAGE PM7 e RIVAGE PM10. VENUE (Avid): MIX RACK PROFILE, SC48 e S6L. ALLEN & HEATH: AVANTIS. MIDAS: HERITAGE-D HD96 (Aceito especificamente para a posição de Monitor).	DIARIA	6	R\$ 19.900,00	R\$ 119.400,00
TOTAL DO LOTE	R\$ 119.400,00	cento e dezenove mil e quatrocentos reais			



LOTE IX					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR ORÇADO	TOTAL DO ITEM
1	FORNECIMENTO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA TIPO PIRAMIDAL, MEDINDO 3,00M X 3,00M (09 M2), DESTINADA A COBERTURA TEMPORARIA PARA EVENTOS, COM ESTRUTURA RESISTENTE, SEGURA E EM CONFORMIDADE COM NORMAS TECNICAS VIGENTES.	03 DIAS	50	R\$ 398,44	R\$ 19.922,00
2	FORNECIMENTO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA TIPO PIRAMIDAL, MEDINDO 4,00M X 4,00M (16 M2), DESTINADA A COBERTURA TEMPORARIA PARA EVENTOS, COM ESTRUTURA RESISTENTE, SEGURA E EM CONFORMIDADE COM NORMAS TECNICAS VIGENTES.	03 DIAS	100	R\$ 492,69	R\$ 49.269,00
3	FORNECIMENTO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA TIPO PIRAMIDAL, MEDINDO 5,00M X 5,00M (25 M2), DESTINADA A COBERTURA TEMPORARIA PARA EVENTOS, COM ESTRUTURA RESISTENTE, SEGURA E EM CONFORMIDADE COM NORMAS TECNICAS VIGENTES.	03 DIAS	100	R\$ 590,65	R\$ 59.065,00
4	FORNECIMENTO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDA TIPO PIRAMIDAL, MEDINDO 10,00M X 10,00M (100 M2), DESTINADA A COBERTURA TEMPORARIA PARA EVENTOS, COM ESTRUTURA RESISTENTE, SEGURA E EM CONFORMIDADE COM NORMAS TECNICAS VIGENTES.	03 DIAS	20	R\$ 1.849,50	R\$ 36.990,00
TOTAL DO LOTE	R\$ 165.246,00	cento e sessenta e cinco mil, duzentos e quarenta e seis reais			

LOTE X					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR ORÇADO	TOTAL DO ITEM
1	PAINEL DE LED 3.9 OUTDOOR 3M X 2M	DIARIA	8	R\$ 1.500,00	R\$ 12.000,00
2	PAINEL DE LED 3.9 OUTDOOR 4M X 3M	DIARIA	8	R\$ 2.392,00	R\$ 19.136,00
3	PAINEL DE LED 3.9 OUTDOOR 8M X 4M	DIARIA	8	R\$ 4.077,13	R\$ 32.617,04
4	PAINEL DE LED 3.9 OUTDOOR 1M X 10M	DIARIA	8	R\$ 2.808,04	R\$ 22.464,32
TOTAL DO LOTE	R\$ 86.217,36	oitenta e seis mil, duzentos e dezessete reais e trinta e seis centavos			

LOTE XI					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR ORÇADO	TOTAL DO ITEM
1	DECORACAO BASICA	03 DIAS	8	R\$ 4.412,50	R\$ 35.300,00
2	DECORACAO NORMAL	03 DIAS	8	R\$ 5.258,10	R\$ 42.064,80
3	SEGURANCA DESARMADA	DIARIA	150	R\$ 287,47	R\$ 43.120,50
4	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	DIARIA	50	R\$ 208,63	R\$ 10.431,50

		ESTADO DO PIAUÍ PODER EXECUTIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ CNPJ.: 06.554.265/0001-18 Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000 PARNAGUÁ – PI	

5	PESSOAL DE ORGANIZACAO E APOIO	DIARIA	100	R\$ 142,58	R\$ 14.258,00
TOTAL DO LOTE	R\$ 145.174,80	cento e quarenta e cinco mil, cento e setenta e quatro reais e oitenta centavos			

VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO		
TOTAL	R\$ 1.221.111,75	um milhão, duzentos e vinte e um mil, cento e onze reais e setenta e cinco centavos

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Da Descrição da Necessidade e Interesse Público

- **2.1.1.** A presente contratação justifica-se pela necessidade premente do Município de Parnaguá - PI em dispor de infraestrutura adequada, segura e temporária para a realização, suporte e fomento de eventos institucionais, atividades cívicas, conferências municipais, ações de assistência social, bem como festividades culturais e tradicionais que integram o calendário oficial do município.
- **2.1.2.** O Município não possui em seu patrimônio público os equipamentos e estruturas modulares objeto desta contratação (tais como palcos, estruturas de treliça box truss, geradores de alta capacidade, tendas piramidais, painéis de LED de alta definição e disciplinadores de público), tornando indispensável a locação pontual sob demanda, modelo que se mostra economicamente mais vantajoso se comparado ao custo de aquisição, armazenamento, depreciação e manutenção própria de tais bens.
- **2.1.3.** Ademais, os eventos públicos cumprem papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico local, atraindo turismo regional, aquecendo o comércio varejista, gerando emprego e renda direta e indireta para a população de Parnaguá-PI, além de garantir o direito constitucional ao lazer e ao acesso à cultura em espaços públicos urbanos e rurais.

2.2. Da Vinculação aos Documentos Planejatórios

- **2.2.1.** A fundamentação detalhada da contratação, a metodologia de escolha da solução e a memória de cálculo que embasou os quantitativos estimados encontram-se pormenorizadas no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** e no **Mapa de Riscos**, apêndices integrantes deste Termo de Referência, em estrito cumprimento ao art. 18, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3. Da Adequação Orçamentária

- **2.3.1.** As despesas decorrentes das futuras contratações/retiradas advindas da Ata de Registro de Preços correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Parnaguá - PI, alocados nas secretarias municipais demandantes no momento da emissão das respectivas Ordens de Serviço.
- **2.3.2.** Por se tratar de uma licitação para **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, a indicação detalhada da dotação orçamentária **não é obrigatória nesta fase inicial do certame**, sendo



exigida apenas e tão somente por ocasião da formalização dos contratos administrativos, emissão de notas de empenho ou ordens de execução de serviços, em fiel observância ao **art. 82, da Lei Federal nº 14.133/2021.**

- **2.3.3.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, caso a vigência da Ata ou dos contratos deles decorrentes se estenda, será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA) e liberação dos créditos correspondentes, mediante procedimento de apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

3. Subcontratação

3.1. Não será permitida a subcontratação para o objeto desse certame.

Garantia da contratação

3.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4. EXECUÇÃO DO OBJETO (Condições de Entrega)

4.1. Do Modelo de Solicitação (Ordem de Serviço)

- **4.1.1.** A execução dos serviços objeto deste Termo de Referência ocorrerá de forma parcelada, sob demanda, mediante a emissão prévia de **Ordem de Serviço (OS)** ou instrumento equivalente, expedida pela Secretaria Municipal demandante ou pela Gerência de Contratos da Prefeitura Municipal de Parnaíba - PI.
- **4.1.2.** A Ordem de Serviço conterá, no mínimo: a indicação do local exato da prestação dos serviços, o cronograma específico com datas e horários limites para início e término das montagens, a relação detalhada dos itens/lotes requisitados, os quantitativos e os respectivos valores unitários registrados na Ata.

4.2. Dos Prazos e Condições de Entrega (Montagem e Instalação)

- **4.2.1.** A CONTRATADA deverá iniciar a mobilização, transporte e descarga dos materiais e equipamentos no local designado com antecedência compatível com o porte do evento, de modo a garantir o cumprimento rigoroso dos prazos de entrega técnica.
- **4.2.2.** Salvo disposição em contrário expressamente fixada na Ordem de Serviço devido à complexidade do evento, os prazos máximos para a **conclusão integral da montagem, instalação e calibração das estruturas e painéis de LED** serão:
 - **a) Para eventos de pequeno porte (até 03 itens requisitados):** no mínimo **24 (vinte e quatro) horas** antes do horário oficial de abertura ou início do evento.



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

CNPJ.: 06.554.265/0001-18
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI



- **b) Para eventos de médio e grande porte (festividades tradicionais, shows e feiras culturais):** no mínimo **48 (quarenta e oito) horas** antes do horário oficial de início das festividades.
- **4.2.3. TODOS OS CUSTOS COM TRANSPORTE, FRETE, CARGA, DESCARGA, DIÁRIAS DE PESSOAL, SEGUROS E DEMAIS DESPESAS DIRETAS OU INDIRETAS NECESSÁRIAS PARA A ENTREGA E MONTAGEM DOS BENS E ESTRUTURAS CORRERÃO EXCLUSIVAMENTE POR CONTA DA CONTRATADA.**

4.3. Dos Testes de Funcionamento e Vistoria Prévia (Entrega Técnica)

- **4.3.1.** Finalizada a montagem física das estruturas (Lote I) e dos sistemas de exibição digital/painéis de LED (Lote II), a CONTRATADA deverá realizar testes de carga elétrica, testes de estanqueidade/estabilidade, alinhamento de imagem, brilho e testes de sinal de vídeo e dados.
- **4.3.2.** Os testes deverão ser concluídos com antecedência mínima de **12 (doze) horas** do início do evento, permitindo que a equipe de Fiscalização do Município avalie a conformidade das instalações.
- **4.3.3.** Caso sejam detectados defeitos, mau funcionamento, gabinetes de LED queimados/com linhas de falha, estruturas oxidadas, amassadas ou em desacordo com as especificações contratuais, a CONTRATADA deverá providenciar a respectiva substituição ou reparo imediato no prazo máximo de **04 (quatro) horas**, sem qualquer ônus adicional para o Município de Parnaíba - PI.

4.4. Dos Critérios de Recebimento do Objeto

- **4.4.1.** Em consonância com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, os serviços centrais e locações serão recebidos da seguinte forma:
 - **a) Provisoriamente:** Pelo fiscal técnico ou comissão designada, imediatamente após a conclusão das montagens e testes de funcionamento, mediante lavratura de Termo de Recebimento Provisório ou visto na Ordem de Serviço, para verificação da conformidade com as especificações exigidas.
 - **b) Definitivamente:** Pela autoridade competente ou comissão, em até **05 (cinco) dias úteis** após o encerramento do evento e a completa desmontagem e desmobilização da estrutura, mediante Termo de Recebimento Definitivo, após a confirmação da regular execução dos serviços e a validação do relatório de entrega.
- **4.4.2.** O recebimento provisório ou definitivo não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade civil e administrativa pela segurança estrutural, solidez e perfeita execução dos serviços de engenharia e logística associados, nos termos da legislação civil vigente.

4.5. Da Desmontagem e Desmobilização



- **4.5.1.** A desmontagem, limpeza da área e completa remoção das estruturas metálicas e equipamentos deverão ser iniciadas imediatamente após o encerramento do evento, devendo o local ser integralmente desocupado e limpo no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) a 48 (quarenta e oito) horas**, conforme cronograma estabelecido pela Administração na Ordem de Serviço.

5. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. Das Condições Gerais de Gestão Contratual

- **5.1.1.** O Contrato Administrativo ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- **5.1.2.** Em caso de legítimo impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato por conveniência da Administração Pública, o cronograma de execução e montagem das estruturas e equipamentos será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente ao evento suspensivo.
- **5.1.3.** As circunstâncias de suspensão e prorrogação automática de prazos deverão ser formalmente anotadas nos autos do processo administrativo mediante procedimento simplificado de **apostilamento**, dispensada a celebração de termo aditivo, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Dos Canais de Comunicação e Convocações

- **5.2.1.** As comunicações oficiais entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas obrigatoriamente por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade (como a aplicação de advertências ou notificações de falhas estruturais).
- **5.2.2.** Em atendimento aos princípios da celeridade e da eficiência, admite-se e incentiva-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail institucional) ou canais digitais oficiais para o envio de Ordens de Serviço, alinhamentos logísticos e convocações urgentes, conferindo eficácia imediata aos atos operacionais.
- **5.2.3.** O órgão ou entidade poderá convocar a qualquer momento o preposto ou representante da empresa para adoção de providências técnicas, substituições de equipamentos com defeito ou correções de segurança que devam ser cumpridas de imediato.
- **5.2.4.** A CONTRATADA deverá manter canal de comunicação técnico e operacional (plantão) ativo 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive em finais de semana e feriados, durante o período de montagem e realização dos eventos oficiais do Município de Parnaíba - PI.

5.3. Da Reunião de Alinhamento Inicial (*Kick-off*)

- **5.3.1.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para uma reunião técnica inicial.
- **5.3.2.** O objetivo da reunião será a apresentação detalhada do **Plano de Fiscalização Municipal**, o qual conterá:
 - **a)** As diretrizes, fluxos e canais diretos para a solicitação de demandas contratuais;



- **b)** Os mecanismos, rotinas e listas de checagem (*checklists*) que serão utilizados na fiscalização das montagens;
- **c)** As estratégias logísticas e cronogramas macro para a execução do objeto no município;
- **d)** O alinhamento das sanções administrativas aplicáveis em caso de atrasos ou descumprimentos operacionais.

○

5.4. Dos Atores da Fiscalização e Prerrogativas

- **5.4.1.** Em estrito cumprimento ao **art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021**, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração Pública do Município de Parnaíba - PI, especificamente designados por portaria da autoridade competente, compreendendo as figuras do **Fiscal Técnico** e do **Fiscal Administrativo** (ou comissão de fiscalização).
- **5.4.2.** A fiscalização de que trata este item tem por objetivo monitorar a exata execução dos serviços de engenharia e logística (Lote I - Estruturas) e de exibição digital (Lote II - Painéis de LED), não excluindo e nem reduzindo a responsabilidade civil, técnica, trabalhista e administrativa da CONTRATADA perante terceiros ou órgãos de controle.

5.5. Das Atribuições Específicas da Equipe de Fiscalização

- **5.5.1. Ao Fiscal Técnico/Operacional compete:**
 - **a)** Conferir visual e geometricamente se as estruturas metálicas (palcos, pórticos, disciplinadores) e os painéis de LED entregues correspondem exatamente às especificações de metragem, resolução (Pixel Pitch) e qualidade exigidas no Termo de Referência;
 - **b)** Exigir da CONTRATADA a apresentação prévia das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) de engenharia/arquitetura para a montagem dos palcos e estruturas complexas;
 - **c)** Realizar os testes de funcionamento e calibração de imagem e som junto ao preposto da empresa com antecedência mínima de 12 (doze) horas do início dos eventos;
 - **d)** Emitir o Termo de Recebimento Provisório quando os serviços forem integralmente cumpridos em conformidade, encaminhando-o para liquidação.
- **5.5.2. Ao Fiscal Administrativo compete:**
 - **a)** Monitorar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, exigindo as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária vigentes a cada liquidação de despesa;
 - **b)** Controlar o saldo registrado na Ata de Registro de Preços e o histórico de Ordens de Serviço emitidas por cada Secretaria Municipal demandante.

5.6. Do Registro de Ocorrências e Providências

- **5.6.1.** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando as correções imediatas das falhas, avarias ou inconformidades constatadas no local do evento.



- **5.6.2.** Caso a CONTRATADA descumpra as determinações da fiscalização ou apresente atrasos injustificados que coloquem em risco o cronograma de abertura do evento, o fiscal deverá formalizar imediatamente relatório circunstanciado à autoridade competente para fins de abertura de processo administrativo sancionatório.

6. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

6.1. Do Recebimento do Objeto

- **6.1.1.** Os serviços de locação de infraestrutura, equipamentos e fornecimento de mão de obra técnica para eventos serão recebidos parceladamente a cada etapa ou evento efetivamente demandado, com o objetivo de aferir a conformidade quantitativa, funcional e de segurança, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- **6.1.2. Recebimento Provisório:** Será realizado pelo Fiscal Técnico/Operacional do contrato imediatamente após a conclusão das montagens e a alocação do pessoal técnico no local do evento, mediante assinatura de **Lista de Checagem (Checklist) de Conformidade**, atestando:
 - **a) Quanto às Estruturas Metálicas e Palcos:** A perfeita montagem, nivelamento, fixação e estabilidade de palcos, pórticos, disciplinadores, tendas, camarins e stands, bem como a entrega obrigatória das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) de montagem estrutural subscritas por engenheiro habilitado;
 - **b) Quanto à Sonorização, Iluminação e Painéis de LED:** O pleno funcionamento mecânico, acústico e visual de todos os sistemas de P.A., subwoofers, mesas de som, consoles de iluminação, refletores e painéis de LED (ausência de gabinetes queimados ou falhas de sinal), operando dentro das potências e resoluções exigidas;
 - **c) Quanto à Mão de Obra e Serviços Técnicos:** A presença pontual e devidamente uniformizada de toda a equipe de profissionais requisitada (coordenadores, técnicos de som/luz, operadores de vídeo, montadores e carregadores), todos portando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos pelas normas de segurança do trabalho (NR-10 e NR-35).
- **6.1.3. Recebimento Definitivo:** Dar-se-á em até **05 (cinco) dias úteis** após o encerramento do respectivo evento e a total desmontagem, desmobilização e completa limpeza da área ocupada pela contratada, mediante a emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**, assinado pelo Fiscal do Contrato e ratificado pelo Gestor da pasta, após a confirmação de que nenhuma avaria foi causada ao patrimônio público e que todos os serviços foram prestados a contento.
- **6.1.4.** O recebimento provisório ou definitivo não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade civil e criminal pela solidez, segurança e integridade física de todas as estruturas, instalações elétricas e sonorização montadas, tampouco por atos decorrentes da atuação de sua mão de obra no recinto público.

6.2. Do Pagamento e Critérios de Medição

- **6.2.1.** O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, por meio de transferência bancária eletrônica, em favor da CONTRATADA, após o adimplemento de cada parcela de serviço (evento concluído) e a devida liquidação da despesa.



- **6.2.2.** A base para a medição dos serviços observará a estrita natureza dos itens registrados e adjudicados na Ata de Registro de Preços, conforme os seguintes critérios:
 - **a) Para Locação de Estruturas, Palcos, Som, Luz e Painéis de LED:** A medição será realizada por **diária útil** contratada e colocada em pleno funcionamento para a municipalidade. Os períodos logísticos de transporte, montagem prévia e desmontagem posterior ao evento não serão computados como diárias extras de locação;
 - **b) Para Fornecimento de Mão de Obra Isolada ou Serviços Técnicos por Demanda:** A medição considerará o quantitativo de profissionais efetivamente disponibilizados e atuantes na escala do evento, multiplicados pelo valor unitário correspondente à diária ou hora de serviço registrada.
- **6.2.3.** Para fins de processamento do pagamento, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a CONTRATADA deverá protocolar o processo de cobrança instruído com os seguintes documentos:
 - **a)** Nota Fiscal/Fatura discriminando analiticamente os lotes e itens de estruturas, sonorização, painéis ou mão de obra, em estrita conformidade com o medido e autorizado pela fiscalização;
 - **b)** Cópia da Ordem de Serviço autorizativa do evento;
 - **c)** Relatório de Execução Técnica assinado pelo preposto da empresa e pelo Fiscal do Município;
 - **d)** Certidões de Regularidade Fiscal perante as Fazendas Federal (INSS), Estadual e Municipal, bem como os certificados de regularidade com o FGTS e a Justiça do Trabalho (CNDT).
- **6.2.4.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados da data de aceitação da Nota Fiscal e regular liquidação da despesa pelo setor de finanças do Município de Parnaíba - PI.
- **6.2.5.** Constatando-se qualquer erro material na Nota Fiscal ou a irregularidade nas certidões fiscais da empresa, o prazo de pagamento será integralmente suspenso (sobrestado), reiniciando-se a contagem somente após a regularização das pendências pela CONTRATADA, sem que caiba qualquer direito a juros, multas ou atualizações financeiras em desfavor da prefeitura.
- **6.2.6.** A Administração Municipal reserva-se o direito de reter e deduzir diretamente dos créditos do pagamento quaisquer valores devidos pela CONTRATADA a título de multas contratuais aplicadas por atrasos na entrega do palco/som ou por ausência da mão de obra escalada, garantido o contraditório e a ampla defesa.

6.3. Da Cessão de Crédito

- **6.3.1.** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios decorrentes desta contratação junto a instituições financeiras, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, ou norma municipal superveniente, observadas rigorosamente as regras constantes deste presente tópico.



- **6.3.2.** As cessões de crédito de natureza não fiduciária (como a cessão civil comum de direitos) dependerão de prévia, expressa e formal aprovação da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ - PI, sob pena de nulidade do ato e rescisão contratual por descumprimento de cláusula editalícia.
- **6.3.3.** A eficácia de qualquer cessão de crédito, independentemente de sua natureza, em relação à Administração Pública Municipal, está estritamente condicionada à celebração prévia de termo aditivo ao correspondente contrato administrativo e à sua posterior publicação no PNCP.
- **6.3.4.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do termo aditivo de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também ficam condicionados:
 - **a)** À regularidade fiscal, social e trabalhista do cessionário (instituição que receberá o crédito);
 - **b)** À comprovação e certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, tampouco suspenso ou declarado inidôneo, nos termos do **art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021**;
 - **c)** À certificação de que o cessionário não está proibido de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- **6.3.5.** O crédito a ser pago à empresa ou instituição cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução física do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas, exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime de direito público incidente sobre os contratos administrativos.
- **6.3.6.** Em consonância com o subitem anterior, a Administração Municipal de Parnaíba - PI reserva-se o direito intangível de processar e descontar, diretamente do valor a ser cedido, quaisquer multas contratuais, prejuízos causados ao erário ou glosas decorrentes de falhas na execução do objeto (tais como atrasos na entrega técnica de palcos e sonorização, defeitos em painéis de LED ou ausência de profissionais de mão de obra técnica na escala do evento), antes de efetuar o repasse do saldo líquido ao cessionário.
- **6.3.7.** A realização da cessão de crédito não afetará, sob hipótese alguma, a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral, irrestrita e exclusiva responsabilidade técnica, civil e administrativa da empresa contratada (cedente).

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.



Forma de fornecimento

7.2. O fornecimento do objeto será parcelado conforme demanda do município.

Exigências de habilitação

7.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- a) Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante, se houver; e
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação;

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 23/06;

7.6. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos do licitante mais bem classificado para fins de habilitação, conforme edital.

7.7. Habilitação Jurídica

7.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

7.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.7.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.7.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

7.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

7.7.7. Documentos de Identificação dos Sócios/Gerentes (RG e CPF);

7.7.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.8. Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista

7.8.1. CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido pelo Ministério da Fazenda;



- 7.8.2.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 7.8.3.** Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, comprovada mediante fornecimento de Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e Seguridade Social;
- 7.8.4.** Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual e Municipal;
- 7.8.5.** FGTS - Prova de regularidade de recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, mediante a apresentação de Certificado fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- 7.8.6.** CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, disponível no Portal do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao).

7.9. Qualificação Técnica

- 7.9.1.** Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que a licitante forneceu/executou, bens/serviços com características semelhantes e compatíveis com o objeto do Edital;

7.10. Qualificação Econômico-Financeira

- 7.10.1.** Balanço patrimonial dos últimos dois exercícios sociais exigíveis, apresentados na forma da lei;
- 7.10.2.** Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
- 7.10.3.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;
- 7.10.4.** Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação;
- 7.11.** É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício por balancetes ou balanços provisórios.

7.12. Declarações complementares de apresentação obrigatória:

- 7.12.1.** Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação (ANEXO III).

Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal (ANEXO IV).

- 7.12.2.** Declaração subscrita por representante legal da licitante, atestando que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal (ANEXO V);



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

CNPJ.: 06.554.265/0001-18
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI



7.12.3. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006(ANEXO VII).

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de: **R\$ 1.221.111,75** (um milhão, duzentos e vinte e um mil, cento e onze reais e setenta e cinco centavos) conforme custos unitários apostos na tabela acima anexada ao item 1.

Parnaíba-PI, 02 junho de 2026.



ANEXO II

MINUTA DA ATA DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026-SRP/PMP/PI

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026-SRP/PMP/PI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. XXX/2026-PMP/PI

VALIDADE: 12 MESES

Às ____h____min. (horário de Brasília/DF) do dia ____de ____ de 2026, **O MUNICÍPIO DE PARNAGUÁ – PI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no cadastro de pessoas jurídicas nº 06.554.265/0001-18, com endereço situado a na Av. Padre Plácido, s/nº - Centro, CEP: 64.970-000, Parnaíba – PI, por seu Pregoeiro, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico de Registro de Preço, Edital de Licitação nº ____/2026, do resultado do julgamento das Propostas de Preços, publicada na imprensa oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação e homologada pelo GESTOR, do processo acima referenciado, **RESOLVE** registrar os preços **XXXXXXXXXX**, Na modalidade Pregão Eletrônico tipo menor preço por LOTE, sob a forma de fornecimento mediante solicitação, tendo por finalidade o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS COM CADASTRO RESERVA**, para atender o MUNICÍPIO DE PARNAGUÁ – PI, tendo sido o referido preço oferecido pela pessoa física ou jurídica cujas propostas foram classificadas e declarada (s) vencedora (s) no certame acima numerado, como segue:

FORNECEDORES REGISTRADOS:

FORNECEDOR 1:

CNPJ:

ENDEREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de estruturas e mão de obra diversas, destinadas à realização de eventos, para atender às demandas de conveniência e utilidade pública da Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI e de suas Secretarias correlatas.

1.2. Os serviços e estruturas a serem prestados, com seus respectivos lotes, especificações, marcas, quantitativos e preços unitários homologados, são os constantes do Anexo I desta Ata de Registro de Preços, que reflete fielmente o resultado adjudicado no certame.



1.3. O registro de preços não gera para a Administração Municipal a obrigação de contratar, ficando-lhe facultada a realização de outras licitações para a execução dos serviços, respeitada a preferência do detentor do registro em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

2.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura e disponibilização obrigatória no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente comprovada a vantajosidade dos preços para a Administração de Parnaíba-PI.

2.2. Os contratos administrativos ou notas de empenho decorrentes desta Ata terão suas vigências e eficácias estabelecidas na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, vinculadas ao cronograma de execução de cada evento demandado.

2.3. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados exclusivamente em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou de fato superveniente imprevisível que eleve comprovadamente o custo dos insumos, nas seguintes condições:

- **a)** Em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada originalmente, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d” da Lei nº 14.133/2021;
- **b)** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais com comprovada repercussão financeira sobre os preços registrados.

2.4. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará o Fornecedor Registrado para negociar a redução do valor.

2.5. Caso recuse reduzir seu preço aos níveis de mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao lote registrado, sem a aplicação de penalidades administrativas por este fato.

2.6. Havendo a liberação do fornecedor nos termos do item 2.5, o Órgão Gerenciador reabrirá a sessão e convocará os fornecedores constantes do cadastro de reserva, na estrita ordem de classificação, para verificar se aceitam praticar o preço reduzido aos valores de mercado.

2.7. Na hipótese inversa, em que o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor demonstrar incapacidade justificada de cumprir as obrigações, este poderá requerer a alteração do preço ou a liberação do compromisso, mediante requerimento instruído com planilha detalhada de custos e comprovação documental do fato superveniente.



2.8. Negada a comprovação do fato superveniente de desequilíbrio pela Administração Municipal, o pedido será indeferido e o fornecedor ficará obrigado a cumprir as obrigações da ata, sob pena de cancelamento do registro e aplicação das sanções do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

2.9. Ocorrendo o cancelamento do registro do fornecedor pela recusa infundada em cumprir a ata, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, aplicando-se o procedimento estabelecido no subitem 2.10 desta Ata.

2.10. (Do Rito de Convocação Célere): Nas hipóteses de cancelamento do registro do fornecedor detentor, ou recusa em honrar os preços, o Órgão Gerenciador adotará o procedimento imediato de **reabertura da sessão pública na própria plataforma eletrônica de lances**, mediante aviso prévio de 48 (quarenta e oito) horas no chat do sistema, convocando os fornecedores subsequentes na ordem de classificação final, para fins de assunção do registro nos termos do art. 90, § 2º e 4º da Lei nº 14.133/2021 e conforme as regras do Edital regulador.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO E DAS SANÇÕES

3.1. O registro do fornecedor será cancelado formalmente pelo Órgão Gerenciador quando o contratado:

- **a)** Descumprir injustificadamente as condições e obrigações fixadas nesta Ata de Registro de Preços ou nas Ordens de Serviço emanadas;
 - **b)** Recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou assinar instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - **c)** Não aceitar manter seu preço registrado nas hipóteses em que a lei exigir;
 - **d)** Sofrer sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade, nos termos dos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2.** O cancelamento do registro nas hipóteses do item 3.1 será precedido de despacho fundamentado da autoridade municipal, assegurados o contraditório e a ampla defesa no prazo legal de 5 (cinco) dias úteis.
- **3.3.** O cancelamento dos preços registrados também poderá ocorrer por razões de conveniência e interesse público devidamente justificados, ou a pedido fundamentado do fornecedor em virtude de caso fortuito ou força maior.
 - **3.4.** A inexecução total ou parcial das Ordens de Serviço decorrentes desta Ata acarretará a rescisão unilateral dos respectivos contratos administrativos individuais, gerando as consequências do art. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
 - **3.5.** Pelo descumprimento das obrigações firmadas, serão aplicadas ao licitante ou contratado as seguintes penalidades administrativas, em consonância com a natureza da infração:
 - **a) Advertência:** por faltas leves que não comprometam o cronograma geral de montagem do evento;



- **b) Multa Moratória:** de **0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, calculada sobre o valor da respectiva Ordem de Serviço, na hipótese de a empresa não entregar as estruturas (palco, som, luz, etc.) totalmente montadas e testadas até o prazo-limite fixado para a vistoria técnica pré-evento, limitada a mora ao teto de 10% (dez por cento);
- **c) Multa Compensatória:** de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** calculada sobre o valor global do empenho ou contrato rescindido, no caso de abandono do objeto, recusa de atendimento ou inexecução culposa total ou parcial;
- **d) Impedimento de Licitar e Contratar:** perante a Administração Pública direta e indireta do Município de Parnaíba-PI, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III da Lei nº 14.133/2021;
- **e) Declaração de Inidoneidade:** nos termos do art. 156, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, observados os prazos e ritos legais.
- **3.6.** A aplicação das sanções de Impedimento e Inidoneidade (alíneas "d" e "e") é de competência exclusiva do Prefeito Municipal de Parnaíba-PI ou de Secretário Municipal detentor de delegação expressa, nos termos do art. 156, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

3.7. É expressamente vedada a transferência do objeto desta Ata ou dos contratos dela decorrentes a terceiros, no todo ou em parte, sem a prévia, formal e expressa anuência da Administração Municipal de Parnaíba-PI. A subcontratação não autorizada operará a rescisão e o cancelamento de pleno direito da ata, independentemente de notificação judicial, nas hipóteses de falência, dissolução ou liquidação da empresa registrada.

CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES ("CARONAS")

4.1. A faculdade de aderir à presente Ata de Registro de Preços na condição de órgão não participante poderá ser exercida única e exclusivamente por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, conforme as diretrizes do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada a vantagem e obtida a anuência prévia do Órgão Gerenciador (Parnaíba-PI) e do Fornecedor Registrado.

4.2. As aquisições ou contratações individuais efetuadas por cada órgão "carona" não poderão exceder a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens registrados nesta Ata para o órgão gerenciador.

4.3. O quantitativo decorrente da totalidade das adesões não participantes não poderá exceder, na soma global, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado nesta Ata, independentemente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL, DO CRONOGRAMA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. Os serviços de locação e montagem de estruturas de eventos deverão ser prestados nos locais determinados pela Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI,



compreendendo as zonas urbana e rural do Município, conforme especificações geográficas contidas em cada Ordem de Serviço emitida pelas Secretarias demandantes.

5.2. O fornecedor prestará o objeto estritamente nos prazos assinalados na correspondente Ordem de Serviço/Fornecimento expedida pelo Secretário Municipal da pasta interessada, devendo observar o cronograma logístico exigido para os eventos oficiais.

5.3. O recebimento dos serviços e estruturas dar-se-á de forma provisória pelo Fiscal do Contrato imediatamente após o término da montagem, e de forma definitiva após a realização da vistoria de engenharia e segurança, com a consequente emissão do Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES TÉCNICAS E DE SEGURANÇA (Cláusula de Barreira)

6.1. É de responsabilidade civil e administrativa exclusiva do Fornecedor Registrado a garantia da total estabilidade e segurança estrutural de todos os equipamentos montados (palcos, camarotes, arquibancadas, tendas, som, iluminação e geradores), respondendo a contratada por quaisquer danos causados à Administração, a terceiros ou ao público participante do evento decorrentes de falha executiva ou material.

6.2. O Fornecedor obriga-se a apresentar ao Fiscal do Contrato, com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas antes da abertura oficial de cada evento**, a respectiva **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** do CREA ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do CAU, devidamente quitada, emitida por profissional de engenharia ou arquitetura legalmente habilitado, atestando a integridade física e a segurança estrutural das instalações montadas.

6.3. A não apresentação da ART/RRT válida no prazo do item 6.2 impedirá a liberação das estruturas para uso e suspenderá a realização do evento na área afetada, configurando culpa exclusiva da contratada por inadimplemento contratual grave, ensejando a aplicação imediata da multa compensatória por rescisão parcial da OS e demais medidas sancionatórias previstas nesta Ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento devido pela prestação dos serviços executados será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento definitivo da respectiva Nota de Liquidação, obrigatoriamente instruída com a Nota Fiscal/Fatura atestada pelo Fiscal do Contrato e processada via transferência bancária ou PIX na conta indicada pelo fornecedor.

7.2. A Nota Fiscal deverá vir acompanhada das certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista da empresa (conforme o art. 68 da Lei nº 14.133/2021), as quais serão consultadas eletronicamente pelo setor de finanças do Município a cada pagamento programado.



7.3. Constatando-se irregularidade na documentação fiscal do fornecedor no ato da liquidação, este será notificado por escrito para regularizar a situação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da tramitação ordinária do pagamento para evitar enriquecimento sem causa da Administração. Persistindo a irregularidade injustificada por mais de 30 dias, o Município adotará o rito de rescisão contratual e cancelamento da ata, garantida a ampla defesa.

7.4. Havendo erro material ou incorreção na Nota Fiscal apresentada, o prazo de pagamento fixado no item 7.1 ficará integralmente sobrestado (suspensão), reiniciando-se a contagem do prazo somente após a apresentação do documento fiscal devidamente saneado pela empresa fornecedora.

7.5. Os fornecedores optantes pelo Simples Nacional (LC nº 123/2006) deverão apresentar a devida comprovação de enquadramento tributário junto com a Nota Fiscal para fins de não retenção dos tributos na fonte, em observância à Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023.

CLÁUSULA OITAVA – DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO E EMPENHO

8.1. A execução e a prestação efetiva do objeto desta Ata de Registro de Preços serão autorizadas individualmente pelo Gestor da pasta responsável por meio da expedição de Nota de Empenho e de Ordem de Serviço, de acordo com as necessidades orçamentárias e conveniências dos eventos municipais.

8.2. A emissão, retificação, anulação ou cancelamento total ou parcial dos empenhos decorrentes desta Ata serão processados de forma motivada pela autoridade financeira competente do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Integram a presente Ata de Registro de Preços, para todos os efeitos de direito, o Processo Administrativo nº 035/2026, o Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 020/2026 e seus anexos técnicos, bem como a Proposta de Preços realinhada da empresa registrada, classificada em primeiro lugar no certame.

9.2. O Cadastro de Reserva do certame fica formalmente registrado neste instrumento, para fins de convocação imediata na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor titular ou nas demais necessidades legais, observado o procedimento rápido fixado no subitem 2.10 desta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de **Parnaíba – Estado do Piauí**, como o único competente para dirimir quaisquer controvérsias judiciais ou dúvidas administrativas oriundas da execução deste instrumento, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que se apresente.

E, por estarem plenamente acordes, firmam o presente instrumento em formato digital (ou em 03 vias físicas de igual teor e forma), na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza seus regulares efeitos jurídicos no PNCP.



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

CNPJ.: 06.554.265/0001-18
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI



**PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATADA**

**CONTRATANTE
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL**

Testemunhas:

1: _____ CPF: _____

2: _____ CPF: _____



MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 035/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº: 020/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: XXX/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARNAGUÁ - PI

CONTRATADA: [NOME DA EMPRESA VENCEDORA]

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E MÃO DE OBRA PARA EVENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARNAGUÁ-PI E A EMPRESA [NOME DA EMPRESA], SOB A ÉGIDE DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

Aos XXXXX dias do mês de XXXXXXXXXX do ano de 2026, o **MUNICÍPIO DE PARNAGUÁ - PI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.554.265/0001-18, com sede na Av. Padre Plácido, S/Nº, Centro, Parnaíba-PI, neste ato representado pelo Secretário Municipal de [Nome da Secretaria Demandante], Senhor [Nome do Secretário], no uso de suas atribuições legais, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na [Endereço Completo], neste ato representada por [Nome do Representante], portador do RG nº XXXXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, vinculados juridicamente à Ata de Registro de Preços nº XXX/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 020/2026, celebram o presente Contrato Administrativo, sujeito aos preceitos de direito público e às cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VINCULAÇÃO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de locação de estruturas e mão de obra diversas, destinadas à realização do evento [Nome do Evento / Ex: Festejos Juninos / Eventos Institucionais], no Município de Parnaíba-PI, conforme especificações técnicas, lotes, quantitativos e preços unitários constantes no Termo de Referência do Edital e na proposta da CONTRATADA.

1.2. Este instrumento vincula-se integralmente aos termos do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 020/2026, à Ata de Registro de Preços nº XXX/2026 e à proposta de preços adjudicada, cujos teores aplicam-se subsidiariamente a este contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO E LOGÍSTICA

2.1. O regime de execução dos serviços será indireto, por preço unitário por diária/item de estrutura locada, englobando o fornecimento de materiais, transporte, montagem, desmontagem, manutenção preventiva e a mão de obra necessária.

2.2. A execução dos serviços dar-se-á estritamente mediante a emissão prévia de **Ordem de Serviço (OS)** expedida pela Secretaria contratante, na qual constarão:

- a)** O local exato da montagem (Zona Urbana ou Rural de Parnaíba-PI);



- **b)** A relação nominal e quantitativa das estruturas exigidas (palco, tendas, som, gerador, etc.);
- **c)** O cronograma imprescritível de início e término da montagem, bem como a data do evento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O prazo de execução de cada montagem de estrutura será fixado na respectiva Ordem de Serviço, estabelecendo-se como regra geral que todas as estruturas deverão estar completamente montadas, testadas e prontas para vistoria com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas** da abertura oficial do evento.

3.2. O presente Contrato Administrativo terá vigência de **[Definir prazo]**, contados a partir da data de sua assinatura e publicação obrigatória no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), limitando-se ao encerramento do exercício financeiro, ressalvadas as hipóteses de prorrogação e alteração de escopo previstas nos **artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE PREÇOS E DO VALOR CONTRATUAL

4.1. O valor global estimado para o presente contrato é de R\$ XXXXXXXXXX (Por Extenso).

4.2. O preço contratado é fixo e irreajustável pelo período de vigência originária do contrato, refletindo os valores registrados na ARP nº XXX/2026.

4.3. No valor contratual estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à prestação integral dos serviços, tais como fretes, combustíveis de geradores, ferramentas, tributos, taxas, contribuições sociais e trabalhistas da mão de obra de montagem.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Município de Parnaíba-PI, consignados no orçamento vigente, sob a seguinte classificação:

- Classificação Funcional-Programática: XX.XXX.XXXX.XXXX
- Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica)
- Fonte de Recurso: XXXXXXXX
- Nota de Empenho Prévio nº: XXXXXXXX/2026

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES TÉCNICAS E DE ENGENHARIA

6.1. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a garantia da estabilidade estática e segurança de todas as estruturas montadas, respondendo civil e criminalmente por desabamentos, incêndios, acidentes de trabalho ou danos a terceiros ocorridos na área do evento decorrentes de negligência, imperícia ou defeito nos equipamentos.

6.2. Como **condição de liberação e segurança**, a CONTRATADA obriga-se a entregar ao Fiscal do Contrato, até **24 (vinte e quatro) horas antes do início do evento**, a respectiva **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA)** ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT/CAU) de



montagem de estruturas, elétrica e sonorização, devidamente assinada por engenheiro habilitado e quitada.

6.3. O descumprimento do item 6.2 importará na retenção imediata do uso da estrutura e paralisação do evento por culpa exclusiva da CONTRATADA, ensejando a aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Compete ao CONTRATANTE:

- a) Emitir as Ordens de Serviço com antecedência viável, indicando o local e o layout do evento;
- **b)** Prover área livre de embarços e com acessibilidade para os caminhões de transporte da contratada;
- **c)** Exercer a fiscalização dos serviços por meio de servidor formalmente designado;
- **d)** Efetuar os pagamentos devidos dentro do prazo legal após a liquidação regular da despesa.

7.2. Compete à CONTRATADA:

- a) Executar os serviços em estrita consonância com as normas do CREA/CAU e normas de segurança do Trabalho (NR-35 para trabalhos em altura);
- **b)** Fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI) a todos os seus operários e montadores;
- **c)** Substituir imediatamente e sem ônus para o Município qualquer equipamento com defeito, ferrugem excessiva ou que comprometa a estética do evento público;
- **d)** Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação fiscal, trabalhista e jurídica exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato será acompanhado e fiscalizado pelo servidor [Nome do Servidor], designado como **Fiscal de Contrato** por portaria municipal, ou quem vier a substituí-lo, competindo-lhe registrar as ocorrências e rejeitar os serviços desconformes.

8.2. O recebimento dar-se-á em duas etapas, nos termos do **art. 140 da Lei nº 14.133/2021**:

- **a) Provisoriamente:** Ao término da montagem física da estrutura, para conferência de itens;
- **b) Definitivamente:** Após a entrega da ART/RRT de engenharia e realização dos testes de carga, som e gerador, mediante termo lavrado pelo Fiscal.

CLÁUSULA NINA – DO PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE LIQUIDAÇÃO

9.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após o recebimento definitivo dos serviços de cada evento, mediante apresentação de Nota Fiscal atestada pelo Fiscal e acompanhada das certidões de regularidade do FGTS, INSS e Trabalhista (CNDT), em fiel observância ao disposto no **art. 68 da Lei nº 14.133/2021**.



9.2. Havendo erro na medição ou pendência de documentos fiscais, o prazo de pagamento ficará suspenso (sobrestado) até que a CONTRATADA providencie as correções, sem direito a encargos moratórios ou atualizações financeiras por parte da prefeitura.

9.3. Fica autorizada a retenção de créditos decorrentes deste contrato para o pagamento de multas definitivas aplicadas pela Administração Municipal à CONTRATADA, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E CONTRATUAIS

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações deste contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções do **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, aplicadas de forma proporcional:

- **a) Advertência:** Para inconformidades documentais ou atrasos logísticos de pequena monta;
- **b) Multa Moratória:** de **0,5% (meio por cento) por hora de atraso** na entrega da montagem final em relação ao prazo fixado na OS, limitada a 10% (dez por cento) do valor da OS;
- **c) Multa Compensatória:** de **20% (vinte por cento)** calculada sobre o valor total da Ordem de Serviço na hipótese de inadimplemento total (não realização da montagem ou abandono do evento);
- **d) Impedimento de licitar e contratar:** com o Município de Parnaíba-PI por até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III;
- **e) Declaração de Inidoneidade:** nos termos do inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Municipal nas hipóteses previstas no **art. 137 da Lei nº 14.133/2021**, em especial por atraso injustificado, cumprimento irregular, subcontratação não autorizada, falência ou dissolução da empresa.

11.2. Em caso de rescisão por culpa exclusiva da CONTRATADA, aplicar-se-á o rito de convocação de remanescentes previsto no **art. 90 da Lei nº 14.133/2021** e as regras específicas de gestão de Cadastro de Reserva da Ata de Registro de Preços vinculada, chamando-se os classificados subsequentes para garantir a continuidade dos serviços do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS (ADITIVOS)

12.1. As alterações neste contrato deverão ser formalizadas por meio de Termo Aditivo, com as devidas justificativas, sujeitando-se aos limites fixados no **art. 132 e seguintes da Lei nº 14.133/2021**, sendo vedada a alteração verbal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO E EFICÁCIA

13.1. A eficácia do presente contrato e de seus eventuais aditivos está condicionada à sua divulgação e manutenção no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de até 20 (vinte) dias úteis após a sua assinatura, em estrito cumprimento ao disposto no **art. 94 da Lei nº 14.133/2021**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de **Parnaíba, Estado do Piauí**, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro. Para firmeza e validade do que ficou avençado, as partes assinam o presente contrato por meio de assinaturas eletrônicas integradas, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

CNPJ.: 06.554.265/0001-18
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI



Município de Parnaíba – PI, _____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE PARNAGUÁ - PI
CONTRATANTE

[NOME DA EMPRESA CONTRATADA]
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. Nome: _____ CPF: _____

2. Nome: _____ CPF: _____



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

CNPJ.: 06.554.265/0001-18
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI



ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO ____/____

A empresa (razão social da licitante) _____ sediada no (endereço completo) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade R.G. nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos habilitatórios solicitados deste pregão eletrônico.

_____ Local/ Data

Nome da empresa

CNPJ.: _____

Nome do responsável legal da empresa

RG do responsável CPF do responsável



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

CNPJ.: 06.554.265/0001-18
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI



ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO ____/____

O Empresário XX, estabelecido na XX, CEP: XXXXXXXX, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da lei, que se enquadra na condição de (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

_____ Local/ Data

Nome da empresa

CNPJ.:

Nome do responsável legal da empresa

RG do responsável CPF do responsável



ANEXO V – DECLARAÇÃO CONJUNTA

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO ____/____

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, para os fins de habilitação, na Licitação **Pregão Eletrônico nº ____/____**, instaurado pelo o Município Parnaíba-PI, que a empresa (nome e cnpj):

- 1 - A empresa....., com endereço inscrita no CNPJ sob o nº., **Declara**, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;
- 2 - Não está impedida de contratar com a Administração Pública;
- 3 - Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 4 - Não incorre nas demais condições impeditivas da Lei nº 14.133/2021;
- 5 - Que inexistem fatos impeditivos a sua habilitação.

_____ Local/ Data

Nome da empresa

CNPJ.:

Nome do responsável legal da empresa

RG do responsável CPF do responsável



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

CNPJ.: 06.554.265/0001-18
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI



ANEXO VI – FICHA TÉCNICA

Ficha Técnica Descritiva do Objeto					
Número do edital:					
Órgão comprador:					
Lote/Item	DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA e MODELO	VAL UNIT.	VAL. TOTAL
Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital):					
Preço para o lote ou item (em R\$):					
Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).					
Declaramos, ainda, que estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. (Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)).					
Data:					

Observação: por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante.



ESTADO DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ

CNPJ.: 06.554.265/0001-18
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

PARNAGUÁ – PI



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007.

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM 5.13.4. DO EDITAL.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do certame na modalidade _____ nº ____/____, Processo nº ____/____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que:

- a) O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- b) A cooperativa auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

Nome da empresa

CNPJ.:

Nome do responsável legal da empresa

RG do responsável CPF do responsável